

Investigação científica, teoria e prática da educação na contemporaneidade

Américo Junior Nunes da Silva
André Ricardo Lucas Vieira
(Organizadores)



Investigação científica, teoria e prática da educação na contemporaneidade

Américo Junior Nunes da Silva
André Ricardo Lucas Vieira
(Organizadores)



Atena
Editora
Ano 2021

Editora chefe

Profª Drª Antonella Carvalho de Oliveira

Editora executiva

Natalia Oliveira

Assistente editorial

Flávia Roberta Barão

Bibliotecária

Janaina Ramos

Projeto gráfico

Camila Alves de Cremo

Daphynny Pamplona

Gabriel Motomu Teshima

Luiza Alves Batista

Natália Sandrini de Azevedo

Imagens da capa

iStock

Edição de arte

Luiza Alves Batista

2021 by Atena Editora

Copyright © Atena Editora

Copyright do texto © 2021 Os autores

Copyright da edição © 2021 Atena Editora

Direitos para esta edição cedidos à Atena Editora pelos autores.

Open access publication by Atena Editora



Todo o conteúdo deste livro está licenciado sob uma Licença de Atribuição Creative Commons. Atribuição-Não-Comercial-NãoDerivativos 4.0 Internacional (CC BY-NC-ND 4.0).

O conteúdo dos artigos e seus dados em sua forma, correção e confiabilidade são de responsabilidade exclusiva dos autores, inclusive não representam necessariamente a posição oficial da Atena Editora. Permitido o *download* da obra e o compartilhamento desde que sejam atribuídos créditos aos autores, mas sem a possibilidade de alterá-la de nenhuma forma ou utilizá-la para fins comerciais.

Todos os manuscritos foram previamente submetidos à avaliação cega pelos pares, membros do Conselho Editorial desta Editora, tendo sido aprovados para a publicação com base em critérios de neutralidade e imparcialidade acadêmica.

A Atena Editora é comprometida em garantir a integridade editorial em todas as etapas do processo de publicação, evitando plágio, dados ou resultados fraudulentos e impedindo que interesses financeiros comprometam os padrões éticos da publicação. Situações suspeitas de má conduta científica serão investigadas sob o mais alto padrão de rigor acadêmico e ético.

Conselho Editorial**Ciências Humanas e Sociais Aplicadas**

Prof. Dr. Alexandre Jose Schumacher – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Paraná

Prof. Dr. Américo Junior Nunes da Silva – Universidade do Estado da Bahia

Profª Drª Andréa Cristina Marques de Araújo – Universidade Fernando Pessoa

Prof. Dr. Antonio Carlos Frasson – Universidade Tecnológica Federal do Paraná

Prof. Dr. Antonio Gasparetto Júnior – Instituto Federal do Sudeste de Minas Gerais

Prof. Dr. Antonio Isidro-Filho – Universidade de Brasília



Prof. Dr. Arnaldo Oliveira Souza Júnior – Universidade Federal do Piauí
Prof. Dr. Carlos Antonio de Souza Moraes – Universidade Federal Fluminense
Prof. Dr. Crisóstomo Lima do Nascimento – Universidade Federal Fluminense
Profª Drª Cristina Gaio – Universidade de Lisboa
Prof. Dr. Daniel Richard Sant’Ana – Universidade de Brasília
Prof. Dr. Deyvison de Lima Oliveira – Universidade Federal de Rondônia
Profª Drª Dilma Antunes Silva – Universidade Federal de São Paulo
Prof. Dr. Edvaldo Antunes de Farias – Universidade Estácio de Sá
Prof. Dr. Elson Ferreira Costa – Universidade do Estado do Pará
Prof. Dr. Eloi Martins Senhora – Universidade Federal de Roraima
Prof. Dr. Gustavo Henrique Cepolini Ferreira – Universidade Estadual de Montes Claros
Prof. Dr. Humberto Costa – Universidade Federal do Paraná
Profª Drª Ivone Goulart Lopes – Istituto Internazionele delle Figlie de Maria Ausiliatrice
Prof. Dr. Jadson Correia de Oliveira – Universidade Católica do Salvador
Prof. Dr. José Luis Montesillo-Cedillo – Universidad Autónoma del Estado de México
Prof. Dr. Julio Candido de Meirelles Junior – Universidade Federal Fluminense
Profª Drª Lina Maria Gonçalves – Universidade Federal do Tocantins
Prof. Dr. Luis Ricardo Fernandes da Costa – Universidade Estadual de Montes Claros
Profª Drª Natiéli Piovesan – Instituto Federal do Rio Grande do Norte
Prof. Dr. Marcelo Pereira da Silva – Pontifícia Universidade Católica de Campinas
Profª Drª Maria Luzia da Silva Santana – Universidade Federal de Mato Grosso do Sul
Prof. Dr. Miguel Rodrigues Netto – Universidade do Estado de Mato Grosso
Prof. Dr. Pablo Ricardo de Lima Falcão – Universidade de Pernambuco
Profª Drª Paola Andressa Scortegagna – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Profª Drª Rita de Cássia da Silva Oliveira – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Prof. Dr. Rui Maia Diamantino – Universidade Salvador
Prof. Dr. Saulo Cerqueira de Aguiar Soares – Universidade Federal do Piauí
Prof. Dr. Urandi João Rodrigues Junior – Universidade Federal do Oeste do Pará
Profª Drª Vanessa Bordin Viera – Universidade Federal de Campina Grande
Profª Drª Vanessa Ribeiro Simon Cavalcanti – Universidade Católica do Salvador
Prof. Dr. William Cleber Domingues Silva – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
Prof. Dr. Willian Douglas Guilherme – Universidade Federal do Tocantins



Investigação científica, teoria e prática da educação na contemporaneidade

Diagramação: Camila Alves de Cremo
Correção: Yaiddy Paola Martinez
Indexação: Amanda Kelly da Costa Veiga
Revisão: Os autores
Organizadores: Américo Junior Nunes da Silva
André Ricardo Lucas Vieira

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)

I62 Investigação científica, teoria e prática da educação na contemporaneidade / Organizadores Américo Junior Nunes da Silva, André Ricardo Lucas Vieira. – Ponta Grossa - PR: Atena, 2021.

Formato: PDF

Requisitos de sistema: Adobe Acrobat Reader

Modo de acesso: World Wide Web

Inclui bibliografia

ISBN 978-65-5983-776-2

DOI: <https://doi.org/10.22533/at.ed.762211312>

1. Educação. I. Silva, Américo Junior Nunes da (Organizador). II. Vieira, André Ricardo Lucas (Organizador). III. Título.

CDD 370

Elaborado por Bibliotecária Janaina Ramos – CRB-8/9166

Atena Editora
Ponta Grossa – Paraná – Brasil
Telefone: +55 (42) 3323-5493
www.atenaeditora.com.br
contato@atenaeditora.com.br



Atena
Editora
Ano 2021

DECLARAÇÃO DOS AUTORES

Os autores desta obra: 1. Atestam não possuir qualquer interesse comercial que constitua um conflito de interesses em relação ao artigo científico publicado; 2. Declaram que participaram ativamente da construção dos respectivos manuscritos, preferencialmente na: a) Concepção do estudo, e/ou aquisição de dados, e/ou análise e interpretação de dados; b) Elaboração do artigo ou revisão com vistas a tornar o material intelectualmente relevante; c) Aprovação final do manuscrito para submissão.; 3. Certificam que os artigos científicos publicados estão completamente isentos de dados e/ou resultados fraudulentos; 4. Confirmam a citação e a referência correta de todos os dados e de interpretações de dados de outras pesquisas; 5. Reconhecem terem informado todas as fontes de financiamento recebidas para a consecução da pesquisa; 6. Autorizam a edição da obra, que incluem os registros de ficha catalográfica, ISBN, DOI e demais indexadores, projeto visual e criação de capa, diagramação de miolo, assim como lançamento e divulgação da mesma conforme critérios da Atena Editora.



DECLARAÇÃO DA EDITORA

A Atena Editora declara, para os devidos fins de direito, que: 1. A presente publicação constitui apenas transferência temporária dos direitos autorais, direito sobre a publicação, inclusive não constitui responsabilidade solidária na criação dos manuscritos publicados, nos termos previstos na Lei sobre direitos autorais (Lei 9610/98), no art. 184 do Código penal e no art. 927 do Código Civil; 2. Autoriza e incentiva os autores a assinarem contratos com repositórios institucionais, com fins exclusivos de divulgação da obra, desde que com o devido reconhecimento de autoria e edição e sem qualquer finalidade comercial; 3. Todos os e-book são *open access*, *desta forma* não os comercializa em seu site, sites parceiros, plataformas de *e-commerce*, ou qualquer outro meio virtual ou físico, portanto, está isenta de repasses de direitos autorais aos autores; 4. Todos os membros do conselho editorial são doutores e vinculados a instituições de ensino superior públicas, conforme recomendação da CAPES para obtenção do Qualis livro; 5. Não cede, comercializa ou autoriza a utilização dos nomes e e-mails dos autores, bem como nenhum outro dado dos mesmos, para qualquer finalidade que não o escopo da divulgação desta obra.



APRESENTAÇÃO

A obra “Investigação científica, teoria e prática da educação na contemporaneidade”, reúne trabalhos de pesquisa e experiências em diversos espaços, com o intuito de promover um amplo debate acerca das diversas temáticas, ligadas à Educação, que a compõe.

Ao refletirmos sobre a Investigação Científica percebemos sua importância para a Educação, pois permite o desenvolvimento do potencial humano que os envolvidos mobilizam no processo de pesquisa; ou seja, é o espaço mais adequado para estimular a curiosidade epistemológica, conduzindo a aprendizagens que podem nascer de problemáticas postas pelas diversas questões cotidianas.

Depois da mobilização ocasionada pelas diversas inquietudes que nos movimentam na cotidianidade e ao aprendermos a fazer pesquisa, entendendo o rigor necessário, nos colocamos diante de objetos de conhecimentos que exigem pensar, refletir, explorar, testar questões, buscar formas de obter respostas, descobrir, inovar, inventar, imaginar e considerar os meios e recursos para atingir o objetivo desejado e ampliar o olhar acerca das questões de pesquisa.

Nesse sentido, os textos avaliados e aprovados para comporem este livro revelam a postura intelectual dos diversos autores, entendendo as suas interrogações de investigação, pois é na relação inevitável entre o sujeito epistemológico e o objeto intelectual que a mobilização do desconhecido decorre da superação do desconhecido. Esse movimento que caracteriza o sujeito enquanto pesquisador ilustra o processo de construção do conhecimento científico.

É esse movimento que nos oferece a oportunidade de avançar no conhecimento humano, nos possibilitando entender e descobrir o que em um primeiro momento parecia complicado. Isso faz do conhecimento uma rede de significados construída e compreendida a partir de dúvidas, incertezas, desafios, necessidades, desejos e interesses pelo conhecimento.

Assim, compreendendo todos esses elementos e considerando que a pesquisa não tem fim em si mesmo, percebe-se que ela é um meio para que o pesquisador cresça e possa contribuir socialmente na construção do conhecimento científico. Nessa teia reflexiva, o leitor conhecerá a importância desta obra, que aborda várias pesquisas do campo educacional, com especial foco nas evidências de temáticas insurgentes, reveladas pelo olhar de pesquisadores sobre os diversos objetos que os mobilizaram, evidenciando-se não apenas bases teóricas, mas a aplicação prática dessas pesquisas.

Boa leitura!

Américo Junior Nunes da Silva

André Ricardo Lucas Vieira

SUMÁRIO

CAPÍTULO 1..... 1

A PRÁTICA PEDAGÓGICA DO PROFESSOR UNIVERSITÁRIO DENTRO DE UM PARADIGMA INOVADOR EM SEUS SABERES E PRÁTICAS PARA UMA CIDADANIA PLANETÁRIA

Deise Maria Marques Choti

Marilda Aparecida Behrens

 <https://doi.org/10.22533/at.ed.7622113121>

CAPÍTULO 2..... 12

OS REFLEXOS DA SÍNDROME DE ADAPTAÇÃO GERAL SOBRE OS ALUNOS DO CURSO PRÉ-UNIVERSITÁRIO POPULAR NOTURNO DA UNIVERSIDADE FEDERAL FLUMINENSE: UM ESTUDO COMPARATIVO ENTRE OS GÊNEROS

Fernando Gregorio da Silva

 <https://doi.org/10.22533/at.ed.7622113122>

CAPÍTULO 3..... 24

ENSINO À DISTÂNCIA: UM ESTUDO ACERCA DOS INSTRUMENTOS DE AVALIAÇÃO NA PERCEPÇÃO DE TUTORES ON LINE DE UMA INSTITUIÇÃO DE ENSINO SUPERIOR DA CIDADE DE FORTALEZA

Otiliana Farias Martins

Maria Zilah Sales de Albuquerque

Ana Bruna de Queiroz Pereira

Carlos Alberto dos Santos Bezerra

André Magalhães Boyadjian

Maria do Socorro Silva Mesquita

Ana Paula Lima Barbosa

 <https://doi.org/10.22533/at.ed.7622113123>

CAPÍTULO 4..... 35

PESQUISAS EDUCACIONAIS BASEADAS EM EVIDÊNCIAS: REFLEXÕES PARA SUPERAÇÃO DA POLARIZAÇÃO

Aline Viana de Sousa

Márcio Farias Barbosa

 <https://doi.org/10.22533/at.ed.7622113124>

CAPÍTULO 5..... 47

ATUAÇÃO DO PEDAGOGO EM ESPAÇO NÃO ESCOLAR: EXPERIÊNCIAS FORMATIVAS NO PATRONATO DE FRANCISCO BELTRÃO

Yolanda Zancanella

 <https://doi.org/10.22533/at.ed.7622113125>

CAPÍTULO 6..... 68

PARÂMETROS DE ESCOLAS DO CAMPO EM ASSENTAMENTOS RURAIS DE QUATRO REGIÕES DO ESTADO DE SÃO PAULO

Gislaine Cristina Pavini

Maria Lucia Ribeiro
Vera Lúcia Silveira Botta Ferrante
Antonio Wagner Pereira Lopes
Thauana Paiva de Souza Gomes

 <https://doi.org/10.22533/at.ed.7622113126>

CAPÍTULO 7..... 77

REFLEXÕES SOBRE A FORMAÇÃO INTEGRAL DO ESTUDANTE- UM RELATO DO PROJETO EDUCAÇÃO PARA A VIDA

Emilia Suitberta de Oliveira Trigueiro
Edson Ribeiro Luna

 <https://doi.org/10.22533/at.ed.7622113127>

CAPÍTULO 8..... 87

LETRAMENTO CIENTÍFICO E GAMEFICAÇÃO

Danielle Cristina Martins
Jane Gezualdo
Sidney Santos Cezar
José Fabiano Costa Justus

 <https://doi.org/10.22533/at.ed.7622113128>

CAPÍTULO 9..... 99

MOOCS EN LA EDUCACIÓN SUPERIOR: UNA EXPERIENCIA

Beatriz Pérez Rojas
Carlos García Franchini
Martha Alvarado Arellano
Luis Ignacio Olivos Pérez

 <https://doi.org/10.22533/at.ed.7622113129>

CAPÍTULO 10..... 106

TEC RJ, PARA QUEM?

Sergio Paulo Carvalho de Souza
Edilaine de Melo Souza

 <https://doi.org/10.22533/at.ed.76221131210>

CAPÍTULO 11..... 122

ACQUISITION OF COMPETENCES IN HEALTH STUDENTS, BASED ON THE METHODOLOGY OF SERVICE LEARNING (SL)

Claudia Lorena Ibarra Gutiérrez

 <https://doi.org/10.22533/at.ed.76221131211>

CAPÍTULO 12..... 129

METACOGNIÇÃO E INVENÇÕES DE METÁFORAS NA ALFABETIZAÇÃO EM CIÊNCIAS DA NATUREZA: COMO FAZER EXPERIMENTOS E PRODUIR LINGUAGENS COM AS CRIANÇAS PARA APRENDER A APRENDER?

Hélder Henrique da Silva

 <https://doi.org/10.22533/at.ed.76221131212>

CAPÍTULO 13..... 140

LETRAMENTO DIGITAL: A PREMÊNcia E OS DESAFIOS NO ENSINO E APRENDIZAGEM DA LÍNGUA PORTUGUESA

Iraci Sartori dos Santos

Marciana Teixeira de Gois

 <https://doi.org/10.22533/at.ed.76221131213>

CAPÍTULO 14..... 154

SALA DE AULA INVERTIDA DE APRENDIZAGEM PARA O DOMÍNIO DE CONTEÚDOS EM TEMPOS DE PANDEMIA

Rosineide Rodrigues Monteiro

Ranieri Pedrosa Arantes

Duane Moraes Araújo

 <https://doi.org/10.22533/at.ed.76221131214>

CAPÍTULO 15..... 166

FORMAÇÃO NA FRONTEIRA: USO SIGNIFICATIVO DAS TDIC (2014-2020)

Vanessa Mattoso Cardoso

Walkiria Helena Cordenonzi

Ana Mercedes Carballo Ortiz

Larissa Francielle Martinez Rodrigues

 <https://doi.org/10.22533/at.ed.76221131215>

CAPÍTULO 16..... 177

COMPETÊNCIAS DIGITAIS DE ALUNOS DE PÓS-GRADUAÇÃO NA TRANSIÇÃO DO ENSINO PRESENCIAL AO REMOTO

Lidnei Ventura

Betina da Silva Lopes

 <https://doi.org/10.22533/at.ed.76221131216>

CAPÍTULO 17..... 190

ORGANIZAÇÃO DO CURSO DE PEDAGOGIA NA MODALIDADE DA EDUCAÇÃO A DISTÂNCIA NO ESTADO DE SÃO PAULO

Evelin Oliveira de Rezende Piza

Luci Pastor Manzoli

Edson do Carmo Inforsato

 <https://doi.org/10.22533/at.ed.76221131217>

CAPÍTULO 18..... 200

A PRÁTICA PEDAGÓGICA EM TEATRO NA EDUCAÇÃO PROFISSIONAL TÉCNICA E TECNOLÓGICA NO MARANHÃO

Karina Veloso Pinto

Raimundo Nonato Assunção Viana

 <https://doi.org/10.22533/at.ed.76221131218>

CAPÍTULO 19.....	212
ESCOLA PÚBLICA EM TEMPOS DE PANDEMIA: RELATO DE PROFESSORAS DE UM PEQUENO MUNICÍPIO DA FRONTEIRA COM O URUGUAI	
Lisiane Inchauspe de Oliveira	
Luciane dos Santos da Cruz	
 https://doi.org/10.22533/at.ed.76221131219	
CAPÍTULO 20.....	223
INNOVACIÓN EN LA LECTURA. IRENE REJÓN	
Irene Rejón Santiago	
 https://doi.org/10.22533/at.ed.76221131220	
SOBRE OS ORGANIZADORES	231
ÍNDICE REMISSIVO.....	232

CAPÍTULO 4

PESQUISAS EDUCACIONAIS BASEADAS EM EVIDÊNCIAS: REFLEXÕES PARA SUPERAÇÃO DA POLARIZAÇÃO

Data de aceite: 01/12/2021

Aline Viana de Sousa

<http://lattes.cnpq.br/5360873681531743>
<https://orcid.org/0000-0002-2000-2041>

Márcio Farias Barbosa

<http://lattes.cnpq.br/5541890554106016>
<https://orcid.org/0000-0002-0289-3506>

RESUMO: As pesquisas baseadas em evidências têm ganhado espaço no meio educacional, mas ainda são alvo de críticas relacionadas à sua intencionalidade e à sua adequação para o direcionamento das políticas públicas. Buscando contribuir para o debate, recorreremos à pesquisa bibliográfica sobre o tema, com o objetivo de explicitar os pressupostos teóricos que fundamentam as pesquisas educacionais baseadas em evidências e suas potencialidades para a pesquisa em educação. As reflexões apresentadas neste trabalho levam ao entendimento de que essas pesquisas podem contribuir para o direcionamento de políticas públicas e para a melhoria da qualidade da educação. O entanto, elas precisam ser consideradas afastada de polarizações epistemológicas afetas às abordagens quantitativas e qualitativas de pesquisa, uma vez que essas abordagens se mostram igualmente relevantes para o direcionamento de políticas públicas.

PALAVRAS-CHAVE: Pesquisa Educacional. Pesquisa baseada em evidências. Pesquisa qualitativa. Pesquisa quantitativa.

EVIDENCE-BASED EDUCATIONAL RESEARCH: REFLECTIONS TO OVERCOME POLARIZATION

ABSTRACT: Evidence-based researches have gained ground in the educational environment, but came under criticism related to their intention and their adequacy to guide public policies. Seeking to contribute to the debate, we resorted to bibliographical research on the topic, in order to clarify the theoretical assumptions that underlie evidence-based educational researches and their potential for research in education. The reflections presented in this work lead to the understanding that evidence-based researches can contribute for the directing of public policies and to improve the quality of education. However, they need to be considered far from epistemological rivalries related to quantitative and qualitative research approaches, since these approaches are equally relevant for the direction of public policies.

KEYWORDS: Educational research. Evidence-based research. Qualitative research. Quantitative research.

1 | INTRODUÇÃO

A pesquisa em educação tem experimentado um cenário de polarização de perspectivas que, embora pareçam divergentes em um primeiro momento, são complementares.

De um lado, estão autores que argumentam que as pesquisas baseadas em evidências são essenciais para o direcionamento de políticas públicas e práticas educacionais.

Nessa perspectiva, os dados e informações provenientes de análises sobre os resultados de acompanhamento e avaliação de escolas, sistemas educacionais, rendimentos dos alunos, dentre outros, são recursos para identificar o que contribui para a efetividade das políticas educacionais (ELACQUA et al., 2015; KUNZ; ARAÚJO; CASTIONI, 2017).

De outro lado, há autores que apontam que as pesquisas educacionais baseadas em evidências apresentam uma abordagem positivista, adaptando pesquisas experimentais e quase-experimentais como padrão único de investigação e relegando os avanços das pesquisas qualitativas em educação e nas ciências humanas (CHIZZOTI, 2015).

Partilhamos a ideia de que as pesquisas baseadas em evidências apresentam modelos de análise e abordagens que podem contribuir para intervenções no campo das políticas educacionais e para promover a qualidade da educação. No entanto, esse posicionamento não implica em desqualificar as pesquisas qualitativas, mas sim em explicitar as contribuições das diferentes abordagens para a promoção da qualidade da pesquisa em educação.

Partindo dessa perspectiva, adotamos no decorrer desse trabalho uma postura dialógica entre as diferentes abordagens de pesquisa em educação, com o intuito de contribuir para a promoção de políticas educacionais de Estado, em detrimento de posicionamentos que se ancoram em interesses partidários ou ideológicos que pouco contribuem para a qualidade da educação.

Nesse sentido, recorreremos à pesquisa bibliográfica sobre o tema, com o objetivo de explicitar os pressupostos teóricos que fundamentam as pesquisas educacionais baseadas em evidências e suas potencialidades para a pesquisa em educação.

2 | APROXIMAÇÕES INICIAIS: PESQUISAS BASEADAS EM EVIDÊNCIAS VERSUS PESQUISAS QUALITATIVAS

Nas duas últimas décadas, a discussão sobre educação baseada em evidências tem aumentado em nível mundial, sobretudo nos EUA, chegando ao Brasil desde a primeira década deste século e conquistando espaço em organizações não governamentais e grupos de pesquisa. No entanto, essa perspectiva ainda encontra resistência no meio acadêmico e órgãos responsáveis pelas políticas públicas educacionais, como o Ministério da Educação e secretarias de educação estaduais e municipais, fazendo com que também não chegue à sala de aula, por não pertencer ao discurso oficial (ELACQUA et al., 2015).

Chizzotti (2015) defende que o movimento “pesquisa baseada em evidência” surge com o argumento de elevar ao nível científico a pesquisa em educação, fundamentando-se em críticas à pesquisa educacional e às pesquisas em ciências humanas, em geral, sobretudo aquelas com abordagens qualitativas. Essas críticas estariam atreladas à ideia de que as pesquisas educacionais não fornecem uma base suficientemente robusta de evidência para o desenvolvimento da prática e da política educacional, pois possuem

protocolos de pesquisa pouco explícitos e estariam eivados de preferências teóricas e ideológicas, sendo consideradas: “frágeis, ineficazes, custosas” (CHIZZOTTI, op. cit., p. 332 -333).

Por outro lado, Gabrito (2009, p. 178) pontua que “quando cedemos à tentação da medida esquecemos a especificidade do processo educativo, sempre único e original, dificilmente enquadrável num qualquer quadro de medição de objetivos”. Nessa perspectiva, as pesquisas quantitativas também são acusadas de não dar conta da complexidade que envolve a educação.

Em relação aos posicionamentos conflitantes em pesquisa educacional, Kunz, Araújo e Castioni (2017) salientam a importância da superação de dicotomias que têm permeado esse campo e de se reconhecer os limites e as possibilidades das distintas fontes de conhecimento. Esses autores explicitam que o questionamento do paradigma hegemônico da ciência moderna, ancorado na racionalidade para a demarcação científica e na objetividade como critério de validade, tem refletido nos cursos de metodologia na área de educação oferecidos pelas universidades brasileiras, os quais, geralmente, não contemplam métodos quantitativos em suas ementas (FERREIRA; PASSOS, 2015 apud KUNZ; ARAÚJO; CASTIONI, 2017). Partindo dessa análise, esses autores apontam para a importância de uma abordagem integrativa e dialógica que perpassem e estejam em primeiro plano, em relação às políticas educacionais, desde programas federais a atividades do cotidiano escolar.

Chizzotti (2015) argumenta que utilizar a pesquisa para definir políticas educacionais e orientar práticas é de grande importância e, nesse sentido, o movimento da evidência pode contribuir para o debate entre educação e pesquisa. No entanto, esse movimento pode apresentar problemas relevantes para a prática dos educadores, os quais não acreditam em proposições descontextualizadas e receituários quantificados de sucesso que não se adequam à realidade em que estão imersos.

De outro ponto de vista, Kunz, Araújo e Castioni (2017) ressaltam a importância de elementos contextuais, que se reportem à dimensão concreta, de modo que os indicadores utilizados nas pesquisas educacionais contemplem a dimensão espacial como componente do social, com potencialidade para retratar as condições necessárias para a qualidade. Partindo dessa perspectiva, não se pode dizer que as pesquisas baseadas em evidências desconsideram o contexto e a realidade em que os educadores estão imersos ou outros fatores que fazem parte da realidade escolar. Além disso, a abordagem quantitativa, recorrente nas pesquisas baseadas em evidências, associada à pesquisa qualitativa contribui para uma visão mais ampla dos fenômenos envolvidos no direcionamento de políticas públicas.

Nesse sentido, Sampieri, Collado e Lucio (2014, p. 532, tradução nossa) destacam as vantagens da abordagem mista, esclarecendo que esta não substitui a investigação quantitativa ou qualitativa, mas utiliza pontos fortes de ambos os tipos de indagação,

combinando-os e buscando minimizar suas debilidades potenciais. Ademais, adotar uma abordagem integrativa permite a triangulação de métodos, a qual é considerada um importante recurso para promoção da qualidade na pesquisa:

“A triangulação implica que os pesquisadores assumam diferentes perspectivas sobre uma questão em estudo ou, de forma mais geral, ao responder as perguntas de pesquisa. Essas perspectivas podem ser substanciadas pelo emprego de vários métodos e/ou em várias abordagens teóricas. Ambas estão e devem estar ligadas. Além disso, refere-se à combinação de diferentes tipos de dados no contexto das perspectivas teóricas que são aplicadas aos dados. [...] a triangulação deve produzir conhecimento em diferentes níveis, o que significa que eles vão além daquele possibilitado por uma abordagem e, assim, contribuem para promover a qualidade da pesquisa.” (FLICK, 2009, p.62)

Partindo dessa análise, entende-se que é possível realizar pesquisa em educação com abordagens distintas, sejam elas qualitativas, quantitativas ou mistas, e que todas possuem potencial para contribuir para a orientação das políticas públicas e para a melhoria da qualidade da educação. No entanto, cabe mencionar que fragilidades podem estar presentes em qualquer abordagem adotada, sendo que a relevância ou não da pesquisa não está vinculada à abordagem utilizada.

No entanto, o ponto de indagação mais relevante nesse contexto refere-se ao fato de que, em boa parte das vezes, independente da qualidade ou abordagem da pesquisa em educação, elas nem se quer são consideradas para o direcionamento das políticas públicas. Evidencia-se no cenário nacional que os interesses políticos têm se sobreposto aos resultados das pesquisas, direcionando políticas de governo e trabalhando-se pouco com políticas de Estado.

Adicionalmente, Hammersley (2008, apud CAMPOS, 2009) argumenta que quando revisões de pesquisa são utilizadas para disponibilizar o conhecimento de seus resultados a um público mais amplo, incluindo gestores de políticas públicas, estas não são isentas de vieses. Para esse autor, essas revisões tendem a dar mais importância a resultados de pesquisas quantitativas, ainda que questionáveis, do que de pesquisas qualitativas, ainda que estas últimas pudessem contribuir de forma mais significativa para a problemática em análise.

Nesse cenário, mostra-se ainda mais relevante a superação de dicotomias e rivalidades existentes no meio acadêmico que pouco contribuem para a qualidade da educação ou para o direcionamento de políticas públicas. Com a superação desse embate, espera-se que foco da discussão seja voltado para a utilização dos resultados das pesquisas para o direcionamento das políticas públicas e práticas educacionais, independente da abordagem que adotem.

3 | PESQUISAS BASEADAS EM EVIDÊNCIAS: REFLEXÕES EM BUSCA DA SUPERAÇÃO DE DICOTOMIAS

Diante das ideias conflitantes que envolvem as pesquisas baseadas em evidências, é preciso discutir quais são os pontos divergentes em relação a esse tema, de modo a contribuir para posturas dialógicas que permitam o direcionamento de políticas públicas e a promoção da qualidade da educação.

Nesse contexto, a primeira pergunta a ser respondida refere-se ao que é entendido como evidência. Para responder a essa pergunta, recorreremos a Thomas (2007 apud ELACQUA et al., 2015) que formula o conceito de evidência do seguinte modo:

[...] evidência é informação que sustenta (ou refuta) uma afirmação e deve passar pelo teste da relevância. Um fato só é evidência se ele confirma ou refuta uma afirmação, hipótese ou proposição. E essa evidência só pode ser considerada uma evidência científica se passar pelo teste da relevância, suficiência e veracidade. Na verdade, esses três atributos estão interligados. Uma evidência é relevante se outras evidências a confirmam o que conduz à questão da quantidade e suficiência: uma evidência é suficiente se ela é corroborada com outros exemplos do mesmo tipo ou de outros tipos. **A veracidade é estabelecida ao testar se o processo de coleta de evidências tenha sido livre de distorções e não contaminado por interesses particulares de grupos ou instituições, por exemplo** (Thomas, 2007, apud ELACQUA et al., 2015, p. 14, grifamos).

Essa noção de evidência, de certo modo, apresenta um posicionamento em relação ao direcionamento observado em algumas pesquisas educacionais que se apegam aos seus quadros de referência¹, quase como uma profissão de fé política. Por vezes, esse tipo de posicionamento, leva a rechaçar aquelas pesquisas que não adotem referenciais teóricos considerados “divindades”, independentemente dos resultados que apresentem. Essa situação leva à reflexão a respeito de discussões recorrentes sobre a qualidade envolvida na pesquisa.

A esse respeito, Gibbs (2009) argumenta que as preocupações acerca da qualidade da pesquisa qualitativa normalmente remetem à validade, à confiabilidade e à generalização. Esse autor aponta que a aplicação dessas ideias à pesquisa qualitativa pode ser difícil ou inadequada em alguns casos, como aqueles que buscam explicações para fenômenos complexos os quais requerem métodos e estratégias diferentes daquelas aplicadas em pesquisas quantitativas.

No entanto, o fato de as pesquisas qualitativas não se submeterem aos mesmos critérios e estratégias da abordagem quantitativa não deve levar ao entendimento de que não são válidas. Ressalta-se que, a depender do objeto de investigação, podem ser mais adequadas para esclarecer fenômenos que encontrariam limites ou seriam inviabilizados pela abordagem quantitativa. Além disso, a pesquisa qualitativa pode possibilitar uma

¹ Gil (2007) defende que algumas teorias são elaboradas com o intuito de se tornarem quadros de referência, subordinando outras teorias e sugerindo normas de procedimento científico, chegando a serem designados como métodos. Como exemplo, esse autor cita o funcionalismo, o estruturalismo, materialismo histórico dialético e a etnometodologia.

investigação mais aprofundada de certos objetos de estudo explorados inicialmente por pesquisas quantitativas, como ocorre com a utilização de métodos mistos.

Diante disso, Gibbs (op. cit.) defende que os pesquisadores qualitativos podem recorrer à apresentação de evidências em seus relatórios, à triangulação, à verificação dos resultados pelos entrevistados e à verificação cruzada. Essas estratégias são importantes para garantir a qualidade da pesquisa qualitativa e consequente superação da acusação de que não apresentam metodologia clara e de que seus achados estão baseados apenas em posicionamentos ideológicos.

Adicionalmente, Elacqua (op. cit.) defende a importância de que pesquisadores e intelectuais averiguem e tragam para a discussão o conceito de evidência, cabendo indagar se todo fato é evidência, se toda evidência é científica, o que constitui evidência confiável em educação e como ela se difere da evidência nas ciências naturais. A adoção de uma noção de evidência em educação que seja capaz de abarcar especificidades do contexto educacional pode contribuir para superar alguns dos embates apontados.

Outro ponto de conflito relacionado às pesquisas baseadas em evidências, refere-se à acusação de que “a instrumentalização utilitarista generalizada da existência humana, contida na avaliação pela mensuração ‘quantofrênica’, produz maior prejuízo do que a qualidade suposta, pretendida pela enumeração elevada dos feitos acadêmicos mensuráveis” (CHIZZOTTI, op.cit., p. 331). Como exemplo dessa crítica, observam-se os debates em torno da avaliação das políticas públicas educacionais.

Conforme Lotta (2019, p. 13), a fase de avaliação de políticas públicas é aquela em que os seus resultados são mensurados. Nessa fase, busca-se “compreender os diferentes instrumentos de avaliação utilizados, os resultados alcançados em suas várias dimensões (eficiência, eficácia, efetividade etc.), os atores envolvidos na avaliação, mecanismos de feedback, etc.” No entanto, enquanto para alguns avaliar é condição indispensável para saber o estado das coisas e direcionar as ações em conformidade com o esperado, para outros, avaliar é uma ação subjetiva, condicionada por questões éticas e morais que questionam a própria legitimidade do ato de avaliar (GABRITO, 2009).

Nesse embate, de um lado, estão autores (como o de Vieira, 2007) que relacionam a avaliação das políticas públicas à melhoria da eficácia educacional, de outro lado, estão aqueles que tendem a desqualificar a avaliação dessas políticas, argumentando que “duvidar da bondade dos objetivos da avaliação da qualidade em educação é natural num *processo raramente inocente* que, tantas vezes, fundamenta a concorrência, a rivalidade e a discriminação, num claro processo de reprodução das exclusões e das desigualdades sociais” (GABRITO, 2009, p. 178).

No entanto, observa-se que a noção de eficácia e efetividade são adotadas nas pesquisas baseadas em evidências como referenciais que podem contribuir para o direcionamento de processos avaliativos e, consequentemente, para o direcionamento de políticas públicas. A título de exemplo, apontamos a definição de eficácia apresenta por

Elacqua et al. (2015):

A definição de eficácia é unívoca: são escolas que promovem maiores ganhos para os alunos, além do que seria de se esperar em função do seu nível socioeconômico e dos recursos disponíveis. Escolas eficazes apresentam uma série de características que são muito parecidas em diferentes países, culturas e níveis de ensino: foco no desempenho acadêmico dos alunos, professores alinhados no foco, uso adequado do tempo para ensinar, *feedback* constante para os alunos (ELACQUA et al., 2015 p. 24).

Com isso, a ideia de efetividade não implica em visões reducionistas da realidade educacional, sendo considerada *efetiva* a política que consegue responder os reclames sociais por mais ou melhor educação. Efetividade refere-se à ideia de correspondência da política à demanda social, a qual originalmente gerou a ação do Estado (SOUZA, 2016, p. 81 apud KUNZ; ARAÚJO; CASTIONI, 2017).

Por outro lado, é importante situar os debates sobre a efetividade das políticas educacionais e a utilização de indicadores de qualidade para o seu direcionamento, considerando as perspectivas conflituosas que envolvem a luta por poder e interesses políticos:

O anúncio da ênfase desta análise no objeto indicadores de qualidade exige esclarecer que esse instrumento situa-se nos conflitos que envolvem a luta por poder (indissociável da política) que repercute nas ações de efetivação ou não do direito à educação. Novamente, coloca-se em pauta a maneira incisiva, e não apenas indireta, de como os interesses, valores, situações e relações de poder conseguem afetar o direcionamento do uso do saber científico, neste caso, no quadro educacional como parâmetro de investimento por parte do Banco Mundial (KUNZ; ARAÚJO; CASTIONI, 2017, p. 36).

No entanto, o reconhecimento de que existem interesses envolvidos na definição de indicadores utilizados para direcionamento das políticas públicas educacionais não implica em desqualificá-los, mas sim em trazer ao debate o uso que se tem feito deles. Partindo dessa análise, pode-se observar que a utilização tendenciosa e posta a serviço de interesses políticos pode acontecer com os resultados de qualquer pesquisa e não apenas com aquelas que recorrem a evidências.

Complementarmente, Tello (2013, p. 764, apud KUNZ; ARAUJO; CASTIONI, 2017, p. 18, tradução nossa) esclarece que o conhecimento especializado em política educacional é aquele que é produzido atendendo a características como “[...] o recorte de um objeto de estudo, uma metodologia específica, algum tipo de busca de informação e um entrecruzamento de ideias conceituais com as informações e observações realizadas pelo investigador”. Assim, deve ser possível identificar nessas investigações componentes da política educacional, bem como expressar uma epistemologia na busca da compreensão do fenômeno educativo.

Diante disso, a utilização dos achados das pesquisas baseadas em evidências para direcionar as políticas públicas e as ações dos profissionais da educação não possuem a

intenção de desconsiderar a realidade da escola e de seus profissionais. Além disso, não se busca colocar em segundo plano fatores econômicos, políticos e culturais ou ainda gerar *rankings*, conforme observa-se nas críticas a essa abordagem. Recorrer a dados, informações e avaliar se uma política ou prática está tendo o resultado esperado são apenas alguns dos recursos que os educadores, os gestores e o Estado podem utilizar para direcionar sua atuação e proporcionar uma educação de qualidade.

Com isso, torna-se importante evidenciar que o conceito de qualidade também precisa ser pensado com cautela, sobretudo na interpretação dos resultados das pesquisas educacionais para direcionamento de políticas públicas. Isso porque comumente verificam-se posicionamentos que associam a ideia de qualidade educacional a resultados econômicos.

As metas previstas no PNE – como a maioria das políticas propostas pelo MEC e adotadas acriticamente pelas redes estaduais e municipais de ensino - não estão associadas a **fatores que elevam a qualidade da educação**. Entre essas se destaca a exigência de **titulação de professores**, que guarda baixa **relação com resultados**. Outras referem-se a **metas como a escolarização de todos brasileiros maiores de 15 anos no ensino fundamental e médio cuja consecução – se fosse viável, e apesar de seus méritos intrínsecos – dificilmente traria retornos significativos para a economia do país ou dos indivíduos**. E outras ainda se referem à expansão da oferta de creches – sem considerar possíveis alternativas de **menor custo e resultados mais eficazes**. Isso decorre do fato de que as políticas educacionais no Brasil não se apoiam em evidências científicas e os programas e projetos do governo nunca se apoiam em projetos piloto devidamente avaliados e com cuidados de escalabilidade devidamente considerados (ARAÚJO e OLIVEIRA, 2019, p. 42, **grifamos**).

O trecho acima evidencia o papel da educação para a consecução de objetivos econômicos, bem como ressalta a necessidade de que as políticas instituídas estejam associadas a resultados. No entanto, embora sejam fatores relevantes, não se pode colocar em segundo plano princípios constitucionais caros à educação, mas que não guardam relação direta com a economia ou que não são passíveis de verificação imediata, como os destacados a seguir:

Art. 205. A educação, direito de todos e dever do Estado e da família, será promovida e incentivada com a colaboração da sociedade, **visando ao pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho**.

Art. 206. O ensino será ministrado com base nos seguintes princípios:

I - **igualdade de condições para o acesso e permanência na escola;**

II - **liberdade de aprender, ensinar, pesquisar e divulgar o pensamento, a arte e o saber;**[...] V - **valorização dos profissionais da educação escolar, garantidos**, na forma da lei, planos de carreira, com ingresso exclusivamente por concurso público de provas e títulos, aos das redes públicas; [...]VII - **garantia de padrão de qualidade**. [...] IX - **garantia do direito à educação e à aprendizagem ao longo da vida** (BRASIL, 1988, p. 123, **grifamos**).

Partindo dessa análise, é importante esclarecer o que é qualidade em educação, pois “o modo como entendemos esse conceito condiciona a forma de ‘medir’ e, portanto, de avaliar a sua concretização no terreno” (GABRITO, 2009, p. 181). Diante disso, o termo “avaliação em educação” geralmente vem acompanhado das seguintes questões:

Medir/avaliar a qualidade em educação será observar as práticas dos professores, compará-las com outras ou com propostas do que é ser bom professor (outra situação que encerra ambiguidades e equívocos que enviesam qualquer análise assente nesta noção)? E o que vamos avaliar/comparar: a prática pedagógica? A capacidade comunicacional? Ou de apoio? A criatividade? A inovação? São muitos os segmentos que podemos avaliar. Contudo, a questão que sempre se mantém. Como vamos fazer essa avaliação? (GABRITO, 2009, p. 184).

Para Gabrito (2009) tratar de “qualidade em educação” exige a mensuração em relação a uma qualidade padrão, que precisa ser compreendida e estabelecida, remetendo a um processo avaliativo. Para esse autor, um problema, quando se trata de avaliar a qualidade da educação, é não existir valores-padrão em relação aos quais possamos proceder comparações, assim como ocorre em outras esferas do saber, pela natureza subjetiva do que é educar.

Além disso, Gabrito (2009, p. 198) esclarece que a avaliação é indispensável para construir a excelência, mas “deve servir para que cada escola encontre o seu caminho e não para promover concorrência, rivalidade, discriminação, num claro processo de reprodução das exclusões e das desigualdades sociais”. Nesse sentido, esse autor argumenta que a avaliação da qualidade da educação só faz sentido se tiver um objetivo formativo, se contribuir para encontrar problemas e propor respostas adequadas a cada situação particular. Essa percepção de avaliação permite que os professores, os estabelecimentos ou sistemas educativos comparem seus desempenhos ao longo do tempo, possibilitando compreender os processos e encontrar as razões dos progressos e oportunidades de melhoria.

Apesar dos inúmeros fatores que envolvem avaliar a qualidade da educação, é preciso considerar que as políticas instituídas, além de buscar assegurar o que dispõe a Constituição Federal no que se refere à educação, por vivermos em um estado democrático de direito, devem ainda respeitar os princípios constitucionais afetos à administração pública, no que se refere à legalidade, à impessoalidade, à moralidade, à publicidade e à eficiência. Partindo dessa análise, é fundamental existirem mecanismos de controle, de modo que tanto as questões afetas à educação quanto as questões relacionadas à Administração Pública sejam respeitadas.

Nesse sentido, Campos (2009, p. 280) trata da importância daquilo que os norte-americanos chamam de *accountability*, que se refere à “necessidade de se prestar contas à sociedade do uso que se faz dos recursos públicos, em todas as áreas de atuação”. Essa noção pode estar relacionada à certa preferência dos gestores pela utilização de pesquisas

que utilizem estratégias que permitam comparações e que induzam à busca por melhores resultados e por processos mais eficientes. Diante disso, é importante existir espaço para o debate epistemológico, uma vez que nem as pesquisas nem o uso que se faz delas são neutros:

[...] o debate epistemológico não pode ser negligenciado ou secundarizado, pois a questão epistêmica está na base das concepções de conhecimento, de ciência e de pesquisa científica, com suas dimensões político-ideológicas e as relações de poder no uso que se faz do saber científico. Isso, no campo da Educação, afeta análises, propostas e posicionamentos sobre: qualidade do ensino, avaliação, currículo, função social da escola, objetivos da educação escolar, público e privado, mercado e cidadania, qualidade e quantidade, macro e micro, inclusão e exclusão, entre outros. (KUNZ, ARAÚJO E CASTIONE, 2017, p. 19)

Partindo dessa análise, reforçamos o entendimento que o debate em pesquisa educacional precisa ter equilíbrio, para que interesses de grupos ou defesa de certos posicionamentos ideológicos não afetem os interesses da coletividade nem o que dispõe a lei. Nesse sentido, Elacqua et al. (op. cit.) chamam a atenção para a importância das pesquisas baseadas em evidências:

Combinando evidências científicas e empíricas obtidas, respectivamente, por meio de estudos sólidos e instrumentos estatísticos robustos, especialmente meta-análises, hoje é possível que os professores, educadores e responsáveis pelas políticas em educação tomem decisões mais bem fundamentadas e com muito maior chance de produzir impacto positivo na aprendizagem dos alunos, na escola e no bom uso de recursos para a educação. [...] **A Educação existe para desenvolver o potencial dos alunos, portanto, “o que funciona” deve ter como critério aquilo que é melhor para eles** (apud ELACQUA et al., 2015, p. 7 – 23, grifamos).

Partindo dessas análises, reiteramos a necessidade de superação das dicotomias presentes nos debates envolvendo as pesquisas educacionais e de desenvolvimento de uma postura colaborativa, que permita a integração de diferentes perspectivas e abordagens em prol do direcionamento de políticas educacionais de Estado, que contribuam para a promoção da qualidade da educação.

4 | CONSIDERAÇÕES FINAIS

Conforme apontamos neste trabalho, as pesquisas baseadas em evidências podem contribuir para o direcionamento de políticas públicas a para a melhoria da qualidade da educação, se for considerada afastada de dicotomias e rivalidades epistemológicas.

As reflexões apresentadas levam ao entendimento de que a polarização de perspectivas relacionadas às pesquisas baseadas em evidências acompanha debates recorrentes afetos à qualidade da pesquisa em educação, sobretudo envolvendo as abordagens quantitativas e qualitativas. Nesse cenário, buscamos explicitar que as abordagens de pesquisa quantitativas, qualitativas e mistas são complementares nos

estudos envolvidos na pesquisa educacional e que apenas um tipo de abordagem pode não ser suficiente para abarcar a complexidade do fenômeno educacional.

Adicionalmente, evidenciamos a importância de mudar o foco dos debates para os interesses políticos e de poder envolvidos na utilização dos resultados da pesquisa. Nesse contexto, apontamos que a indagação mais relevante se refere ao fato de que, em boa parte das vezes, independente da qualidade ou abordagem da pesquisa em educação, elas nem se quer são consideradas para o direcionamento das políticas públicas. Nesse sentido, observa-se interesses políticos e ideológicos direcionando políticas de governo e pouco se trabalhando com políticas de Estado. Evidencia-se nesse cenário que a superação dessa situação só será possível a partir da consciência política e da atuação de cada indivíduo, no sentido de acompanhamento das políticas instituídas e atuação junto aos órgãos competentes.

Com isso, mostra-se relevante a superação de dicotomias e rivalidades existentes no meio acadêmico, voltando-se o foco para o potencial da pesquisa educacional para o direcionamento das políticas públicas e para a promoção da qualidade educacional, considerando os interesses sociais.

REFERÊNCIAS

ARAUJO E OLIVEIRA, J. B. **Para desatar os nós da educação: uma nova agenda**. Brasília: Instituto Alfa e Beto, 2019. Disponível em: <https://www.alfaebeto.org.br/2019/09/10/para-desatar-os-nos-da-educacao-uma-nova-agenda>. Acesso em 02 dez. 2020.

BRASIL. Constituição (1988). **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília, DF: Centro Gráfico, 1988.

CASTRO, M. H. G. *et al*; **Educação em pauta: uma agenda para o país**. Organização dos Estados Iberoamericanos, 2018.

CAMPOS, M. M. Para que serve a pesquisa em educação? **Cad. Pesqui.** vol.39 no. 136. São Paulo Jan./Apr. 2009. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/cp/v39n136/a1339136.pdf>

ELACQUA G. [et al.]. **Educação baseada em evidências: como saber o que funciona em educação**. Brasília: Instituto Alfa e Beto, 2015. Disponível em: < https://www.alfaebeto.org.br/wp-content/uploads/2015/11/Instituto-Alfa-e-Beto_EBE_2015.pdf>.

GABRITO, B. G. Avaliar a qualidade em educação: avaliar o que? Avaliar como? Avaliar para quê? **Cad. CEDES**, Campinas, v. 29, n. 78, p. 178-200, Aug. 2009. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0101-32622009000200003&lng=en&nrm=iso. Acesso em: 06 dec. 2020.

LOTTA, G. (org.). **Teoria e análises sobre implantação de políticas públicas no Brasil**. Brasília: Enap, 2019.

KUNZ, S. A. da S.; ARAUJO, G. C. C.; CASTIONI, R. Epistemologia e a Pesquisa em Política Educacional: vetores que orientam os pesquisadores do campo educacional. **Revista de Ensino de Geografia**, v. 8, p. 17-47, 2017.

VIEIRA, S. L. Gestão, avaliação e sucesso escolar: recortes da trajetória cearense. **Estud. av.**, São Paulo, v. 21, n. 60, p. 45-60, Ago. 2007. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-40142007000200004&lng=en&nrm=iso. Acesso em 06 Dec. 2020.

CHIZZOTTI, A. A pesquisa educacional e o movimento “pesquisas científicas baseadas em evidências”. **Práxis Educativa**, Ponta Grossa, v. 10, n. 2, p. 329-342, jul./dez. 2015. <https://www.revistas2.uepg.br/index.php/praxiseducativa/article/view/7157/4545>

FLICK, U. **Qualidade na pesquisa qualitativa**. Porto Alegre: Artmed, 2009. 196 p

GIBBS, G. **Análise de Dados Qualitativos**. Porto Alegre: Artmed, 2009. 198 p.

GIL, A. C. **Métodos e Técnicas de Pesquisa Social**. São Paulo. Atlas, 2007.

SAMPIERRE, R. H; COLLADO, C. & LUCIO, M. P. **Metodología de la investigación**. 6 ed. McGraw Hill education, 2014.

ÍNDICE REMISSIVO

A

Agroecologia 68, 73, 75

Alfabetização científica 89, 90, 91, 96, 98, 129, 130

Aprendizagem 1, 2, 4, 10, 14, 26, 27, 28, 29, 31, 32, 33, 34, 42, 44, 49, 51, 52, 56, 57, 64, 66, 68, 69, 74, 75, 80, 86, 88, 89, 91, 92, 93, 94, 95, 96, 106, 108, 109, 123, 129, 130, 131, 132, 133, 134, 135, 136, 137, 138, 140, 141, 142, 143, 144, 145, 146, 152, 153, 154, 156, 157, 158, 161, 162, 164, 167, 168, 169, 172, 173, 175, 176, 178, 183, 187, 188, 194, 196, 197, 200, 202, 204, 207, 208, 209, 210, 212, 213, 214, 215, 216, 219, 220, 221, 223

Aprendizagem baseada em problemas 124

Avaliação 6, 9, 14, 15, 17, 22, 24, 25, 26, 27, 28, 29, 30, 31, 32, 33, 34, 36, 40, 43, 44, 46, 55, 87, 88, 94, 95, 108, 121, 142, 146, 150, 164, 179, 181, 195, 197, 218

C

Competência profissional 124

Competencias 99, 101, 102, 105, 122, 123

Competências digitais 177, 178, 179, 180, 181, 182, 187, 188

Comunidades de aprendizagens 129

Conteúdos 4, 8, 15, 19, 26, 28, 50, 51, 57, 60, 63, 71, 82, 83, 85, 95, 129, 144, 146, 154, 155, 156, 157, 158, 159, 160, 163, 168, 171, 181, 190, 195, 197, 202, 210, 212, 215, 218, 221

Copyleft 99, 105

Curso de Pedagogia 47, 54, 55, 65, 67, 96, 190, 191

Curso pré-universitário popular noturno da UFF 12

D

Dados quantitativos 68, 70

Desafios 5, 6, 10, 12, 13, 14, 26, 34, 52, 63, 66, 69, 93, 94, 96, 140, 141, 142, 144, 146, 149, 152, 158, 175, 177, 178, 179, 182, 187, 200, 201, 204, 207, 210

E

Educação 1, 2, 5, 6, 9, 10, 13, 24, 25, 26, 27, 28, 33, 34, 35, 36, 37, 38, 39, 40, 41, 42, 43, 44, 45, 47, 48, 49, 50, 51, 52, 53, 54, 55, 56, 57, 58, 59, 62, 63, 64, 65, 66, 67, 68, 69, 70, 71, 73, 74, 75, 76, 77, 78, 79, 80, 81, 82, 83, 84, 85, 86, 87, 88, 89, 92, 93, 94, 95, 96, 97, 98, 106, 107, 108, 109, 117, 118, 119, 120, 121, 124, 131, 132, 134, 136, 137, 138, 142, 143, 144, 145, 156, 157, 158, 164, 166, 167, 168, 169, 170, 171, 172, 173, 174, 175, 176, 177, 178, 179, 180, 181, 182, 183, 187, 188, 189, 190, 191, 192, 193, 194, 195, 196, 197,

198, 200, 201, 202, 203, 204, 205, 207, 208, 210, 211, 212, 213, 214, 215, 216, 219, 220, 221, 222, 223, 231

Educação a distância 24, 25, 26, 28, 33, 34, 108, 190, 191, 192, 193, 194, 195, 196, 197, 198, 214

Educação do campo 68, 69, 71, 75, 76

Educação inclusiva 87, 89, 96, 98, 223

Educação para a cidadania 77

Educação profissional técnica e tecnológica 200, 201, 203, 210

Educação remota 177, 178

Educação saudável 124

Ensino-aprendizagem 26, 28, 34, 64, 68, 69, 74, 75, 168, 172

Ensino e aprendizagem 88, 89, 96, 108, 109, 140, 141, 142, 144, 145, 152, 167, 168, 175, 176, 178, 183, 187, 188, 196, 197, 200, 202, 204, 207, 208, 209, 210, 212, 213, 214

Ensino médio 20, 21, 55, 70, 74, 77, 78, 79, 81, 82, 84, 85, 86, 107, 110, 114, 115, 117, 140, 142, 146, 149, 173, 205, 207

Ensino remoto 107, 173, 175, 177, 179, 183, 184, 187, 212, 213, 214, 215, 217, 218, 220, 221

Escola pública 22, 66, 110, 115, 129, 130, 140, 142, 149, 156, 212

Espaço não - formal de educação 47

Estresse 12, 13, 14, 15, 16, 17, 18, 19, 21, 22, 23

F

Formação 1, 2, 3, 4, 5, 8, 9, 10, 11, 17, 18, 30, 33, 47, 48, 49, 50, 51, 52, 53, 54, 55, 56, 57, 59, 62, 63, 64, 65, 67, 69, 71, 72, 75, 77, 78, 79, 80, 81, 82, 85, 86, 87, 88, 91, 94, 97, 106, 107, 108, 109, 117, 123, 132, 133, 139, 142, 155, 158, 159, 160, 161, 163, 166, 167, 168, 169, 170, 171, 172, 173, 174, 175, 176, 178, 182, 185, 188, 190, 191, 192, 193, 194, 195, 196, 197, 198, 200, 201, 204, 205, 211, 214, 219, 221, 223, 231

Formação de professores 1, 2, 4, 52, 53, 54, 55, 86, 97, 142, 169, 172, 176, 188, 191, 193, 194, 196, 197, 198, 211, 231

Formação inicial de professores 175, 191

Formação integral 5, 77, 79, 80, 82, 204

Frenteira 166, 171, 172, 173, 174, 212, 214, 216

G

Gameificação 87, 88, 92, 93, 94, 95

Gêneros multimodais/digitais 140, 141, 142

Gestão e organização 190, 191, 192, 196, 197

I

Infraestrutura 68, 70, 74, 75, 169, 201

Ingeniería de software 99, 101, 104

L

Letramento científico 87, 88, 89, 90, 91, 94, 95, 97, 98

Letramento digital 140, 141, 142, 143, 144, 145, 146, 149, 151, 152

M

Metacognição 129, 133, 134, 137, 139

Metáfora 129, 133, 135, 136

MOOC 99, 100, 101, 103, 104, 105, 178, 188

P

Pandemia 107, 109, 154, 155, 156, 157, 162, 163, 164, 173, 175, 177, 178, 179, 180, 183, 184, 187, 212, 213, 214, 216

Paradigmas educacionais 1, 2, 5, 9

Pedagogia 4, 10, 30, 47, 48, 49, 52, 53, 54, 55, 56, 63, 64, 65, 66, 67, 76, 82, 86, 96, 120, 188, 190, 191, 192, 194, 195, 196, 197, 198, 199, 200, 203, 206, 209, 211, 218

Pedagogo 47, 48, 49, 50, 52, 54, 55, 56, 57, 64, 66, 191

Perfil discente 106, 107

Pesquisa baseada em evidências 35

Pesquisa educacional 35, 36, 37, 44, 45, 46, 211

Pesquisa qualitativa 22, 35, 37, 39, 40, 46, 47, 48, 67, 142, 177, 179, 217

Pesquisa quantitativa 35

Políticas públicas 35, 36, 37, 38, 39, 40, 41, 42, 44, 45, 69, 88, 91, 98, 106, 107, 108, 109, 184, 190, 191, 193, 194

Pós-graduação 1, 2, 53, 68, 142, 177, 179, 183, 187, 188, 195, 197, 231

Prática pedagógica 1, 2, 3, 5, 6, 7, 8, 9, 10, 43, 52, 64, 152, 190, 200, 201, 202, 203, 204, 205, 209, 210

S

Sala de aula invertida 154, 155, 156, 157, 163, 164

Síndrome de Adaptação Geral (SAG) 12, 13, 14, 19

T

Teatro 145, 200, 201, 202, 203, 204, 205, 206, 207, 208, 209, 210, 211

Técnico em administração 106, 107, 108, 109, 111, 118, 119

Tecnologias 25, 28, 83, 87, 88, 89, 92, 93, 94, 97, 98, 108, 121, 123, 140, 141, 142, 143, 144, 152, 157, 166, 167, 168, 170, 171, 172, 173, 175, 178, 180, 181, 182, 187, 188, 194, 196, 198, 209, 214, 216, 217, 231

Tec RJ 106, 107, 109, 111, 117, 118, 119

Tutoria 25, 28, 29, 30, 32

Investigação científica, teoria e prática da educação na contemporaneidade

🌐 www.arenaeditora.com.br

✉ contato@arenaeditora.com.br

📷 @arenaeditora

📘 www.facebook.com/arenaeditora.com.br



Investigação científica, teoria e prática da educação na contemporaneidade

🌐 www.atenaeditora.com.br

✉ contato@atenaeditora.com.br

📷 @atenaeditora

📘 www.facebook.com/atenaeditora.com.br

